

Educação Física Escolar e megaeventos esportivos: quais suas implicações?

José Tarcísio Grunennvaldt
Elenor Kunz

Resumo

O discurso sobre a introdução e a regulamentação do desporto escolar no Brasil, produzido em 1982, foi analisado tendo em vista suas consequências após trinta anos. Assim, levou-se em consideração o cenário brasileiro de preparação da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e das Olimpíadas do Rio de 2016 e o possível movimento do uso e abuso do discurso persuasivo “escalando” novamente a Educação Física Escolar como fomentadora do “nível de desenvolvimento” esportivo do País. Pela dimensão do tema, sugere-se uma posição cautelosa para a Educação Física Escolar, devido à possibilidade de ser a “iniciadora” da educação olímpica, que se materializa com um conjunto de atividades educativas de caráter multidisciplinar e transversal tendo como eixo integrador os valores olímpicos.

Palavras-chave: Educação Física Escolar; megaeventos esportivos; educação olímpica.

Abstract

School Physical Education and mega sporting events: what are their implications?

The Brazilian discourse about the regulation of the school sports produced in 1982 was analyzed in respect to its consequences after thirty years. Thus, it was considered the Brazilian scenery of preparations of two great challenges, the Soccer World Cup of 2014 and the Olympic Games in Rio in 2016 and the possible movement of the use and abuse of the persuasive discourse, "casting" once again the School Physical Education to act as the fosterer of the sporting "development level" in the country. Due to the dimension of the theme, a careful position for the School Physical Education is suggested, owing to the possibility of being the initiator of the Olympic education that materializes with a set of educational activities of multidisciplinary and transversal character, having the Olympic values as the integrating pivot.

Keywords: School Physical Education; mega sporting events; Olympic education.

Introdução

Em tempos de megaeventos esportivos, a circulação de projetos para a Educação Física aumenta sua velocidade e amplitude no âmbito das mídias. Por ocasião de Jogos Olímpicos é que se ouvem, com alguma frequência, referências à Educação Física Escolar nas mídias: na escola é que se forma a base da pirâmide esportiva, é lá que se devem buscar os "talentos" etc. (Betti, 2009, p. 19).

Trazer como eixo da discussão a Educação Física Escolar e os megaeventos esportivos e elegê-la como uma questão atual para orientar o enfoque deste periódico não é uma escolha sem propósitos, pois se sabe que, no Brasil, nos próximos cinco anos, o esporte vai se tornar uma espécie de língua geral da população. O tema nos instiga a considerar o duplo movimento da história que se orienta do presente para o passado e deste para o presente contemporâneo, pois tal postura metodológica nos previne sobre possíveis armadilhas. Com a adoção deste movimento regressivo-progressivo, será possível o distanciamento necessário das circunstâncias contagiantes dos megaeventos esportivos, para não cair na tentação dos discursos e apelos mais imediatistas da necessidade inevitável do engajamento da população, com a produção do *slogan* "de uma ideia no lugar".

Os megaeventos esportivos tornaram-se objeto de discussões e estudos a partir da escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro. Em decorrência disso, aconteceu em 2008 o Seminário de Gestão de Legados de Megaeventos Esportivos, com a participação de pesquisadores internacionais, em que se adotou o entendimento de que se trata de um desafio que abarca setores de esporte, política, cultura e mercado (Rodrigues *et al.*, 2008).

Naquele mesmo ano realizou-se o 1º Fórum de Desenvolvimento do Esporte Olímpico no Brasil, em São Paulo, tendo como pauta a avaliação da participação brasileira nos Jogos Olímpicos de Pequim. No 2º Fórum, em 2009, em Porto Alegre, focou-se a candidatura do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, envolvendo desde a gestão de megaeventos esportivos com ênfase na legislação até financiamento, administração e *marketing*, arquitetura esportiva e meio ambiente, legado social e econômico. No 3º Fórum, em 2009, em Natal, abordaram-se os temas paz, solidariedade, respeito ao meio ambiente, como possíveis conquistas do olimpismo e da educação olímpica. Também em Natal, por ocasião da 62ª Reunião Anual da SBPC e no evento organizado pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), a temática central recaiu nos megaeventos esportivos.

A revista *Motrivivência* (v. 21, n. 32/33, 2009) organizou um dossiê sobre os grandes eventos na “década do esporte no Brasil” (2007-2016). Abordou de forma “multidisciplinar” e “crítica” a problemática dos megaeventos esportivos, bem como suas implicações políticas, econômicas, sociais e culturais, envolvendo estudiosos com debates sobre as promessas e supostos legados desses eventos para subsidiar reflexões a respeito das políticas públicas intersetoriais que abrangem trabalho, educação, lazer, segurança e mobilidade.

Por ocasião da reunião do XVII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, realizado em Porto Alegre em setembro de 2011, a discussão tomou lugar na Mesa denominada “Megaeventos esportivos: papel das Ciências do Esporte”, envolvendo renomados pesquisadores do tema com a preocupação de apresentar uma análise de implicações e efeitos de megaeventos esportivos em diferentes âmbitos do contexto nacional (econômico, político, social, educativo, políticas públicas) e de fazer possíveis relações com a Educação Física/Ciências do Esporte.

Como professores, conhecer o movimento da história pode ser esclarecedor, para não se cair em/ou produzir discursos que podem capturar os corações e as mentes das crianças, jovens e adultos em favor dos eventos que se aproximam. Com esta opção do distanciamento necessário, do “calor da hora” das paixões, pensa-se ser possível ler a realidade como processo, desvencilhando-se da opção-engajamento voluntarista, compreendendo os megaeventos esportivos do Brasil da década de 2010 a partir de sua construção como contradição. Portanto, nesta lógica dialética, é possível verificar o movimento da construção da história, distinguir o efêmero do duradouro e, muito provavelmente, identificar como os megaeventos têm implicações no âmbito do contexto nacional nas esferas econômica, política, social e educativa, o que poderá criar, orientar e, quiçá, comprometer toda a cultura da Nação.

Vale salientar que, diante da ambiência de ufanismo, somos convidados à naturalização dos fatos como se certas instituições promovedoras desses eventos o fizessem como instituições supragovernamentais, mas devendo ter presente que os recursos que avalizam a realização da “festa” são públicos e, portanto, nos dizem respeito.

A questão torna-se atual e polêmica, tendo em vista que, no Brasil, “desporto e escola” constitui um tema que presenciou um cenário que ganhou contornos acadêmicos e acaloradas discussões a partir de argumentos e posições distintas. Nas

circunstâncias atuais, em que toda a Nação se prepara para organizar, em um período de três anos, os dois maiores eventos esportivos do mundo, intensas discussões marcam a agenda do País.

De um lado, parece que temos partidários da incorporação do esporte na escola, seu modo de reproduzi-lo na instituição escolar tal como fora concebido para satisfazer as necessidades e circunstâncias dos homens que o criaram, o que significa, portanto, criado por adultos e para adultos. Esquecem-se de que a expressão “esporte infantil” não é possível sem que passe pelo processo de “transposição didática” ou “transformação pedagógica”, sendo assim um *slogan* abusivo e propositalmente equivocado.

Por outro lado, surgem os partidários que admitem que o desporto constitui um campo de aprendizado total, uma situação de formação, (de) formação e informação; por isso, não admitem que viver é incorporar os valores do desporto dispensando pensar sobre ele. Portanto, conseguem perceber o movimento longo e lento “da tomada desse terreno real pela *irrealidade* dos simulacros da mídia burguesa, pela vacuidade da sua espetacularização e pela sagração de suas vedetes como paradigmas do consumismo” (Wisnik, 2008, p. 15). Sendo assim, são críticos contumazes desta situação, mas não se permitem atacar o desporto *tout court*.

Com efeito, Bracht (2000/1, p. XVI) sugere que a crítica ao “esporte não vai no sentido de (...) fazê-lo desaparecer, ou então, negá-lo como conteúdo das aulas de EF”, pois, quem acredita no potencial de sua função educativa pretende modificá-lo ao tratá-lo pedagogicamente. Nesse sentido, parafraseando Perez Gómez (1998), a mesma tensão dialética que se faz presente nas mais variadas formações sociais entre as forças conservadoras que propõem garantir e reproduzir o *status quo* das aquisições históricas já consolidadas (socialização) e as correntes renovadoras que instigam a mudança como condição da sobrevivência e enriquecimento da condição humana (humanização) que acontecem de modo peculiar na Educação Física nas escolas brasileiras deve acontecer em relação ao trato do seu conteúdo hegemônico – o esporte.

Temos como eixo norteador dessa edição a pergunta desafiadora para os profissionais da Educação Física há muito lançada por Lucena (*apud* Bracht 2000/1) e que não silencia: Como lidar com um fenômeno tão poderoso como o esporte sem sucumbir a ele?

O objetivo deste artigo é apresentar, inicialmente, como foi produzido um discurso que justificou a introdução e a regulamentação do desporto escolar e suas consequências para a Educação Física Escolar e, passados trinta anos de sua regulamentação, alertar que, no cenário brasileiro, tendo em vista os dois grandes desafios postos, a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e a Olimpíada do Rio de 2016, não se pode descartar a possibilidade do uso e abuso do discurso persuasivo “escalando” novamente a escola e a Educação Física como fomentadoras do “nível de desenvolvimento” esportivo do País.

Neste espaço, defendemos a escola como “iniciadora” da educação olímpica que se materializa com um conjunto de atividades educativas de caráter

multidisciplinar e transversal, tendo como eixo integrador os valores olímpicos (Reppold Filho et al., 2009). Assim, entendemos que a Educação Física não pode ser instrumento para fazer valer a máxima “as ideias no lugar”. Sabemos que o sentido da “educação olímpica” se faz na configuração da duração lenta, inscreve-se no âmbito das Humanidades, pois dialoga com a Filosofia, a Pedagogia, a História, a Sociologia e a Cultura; portanto, o que se quer é um novo tipo de educador, “mais próximo do iniciador do que do instrutor” (Maheu, 1982, p. 16).

Admitimos que, ao ousar com o “modelo” de iniciação, se estará possibilitando o enriquecimento da educação, ou seja, falamos de reintroduzir o que a educação havia eliminado: o sonho, o jogo e o imaginário (Maffesoli, 2011). Nesse sentido, questiona-se na Educação Física Escolar o treinamento intensivo com exacerbada dedicação para determinadas práticas, pois ele “reduz o trabalho ao trabalho”. De fato, com iniciação se pretende expandir o trabalho acompanhado de seu enriquecimento criativo com vazão ao lúdico, ao onírico e à imaginação. Enfim, é quando a criação será expansão para o trabalho.

Lembrar para não esquecer – porque os fatos não devem se repetir

Há exatamente 30 anos, a revista *Em Aberto* elegeu o desporto escolar como tema atual e, quiçá, relevante na educação brasileira, dedicando-lhe uma edição temática.

O esporte e a escola são um tema que, de fato, não ficou esquecido no âmbito das discussões da Educação Física. A partir das décadas de 1970 e 1980, esse fenômeno social adentrou o sistema educacional e neste a Educação Física tornou-se um “fator determinante” nas aulas de Educação Física Escolar, fazendo com que a escola alimentasse (ou pelo menos tentasse fazê-lo) o sistema piramidal do esporte brasileiro.

No decorrer dos 30 anos pós-regulamentação do desporto escolar, tal subserviência da Educação Física ao sistema esportivo recebeu leituras críticas que surgiram no seio dos cursos de pós-graduação da área, nas Instituições de Ensino Superior (IES), nas entidades científicas de representação (Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE), nos Encontros Nacionais de Estudantes de Educação Física (ENEEF) e nas publicações da área, livros e periódicos em circulação que traziam as críticas dos professores e pesquisadores.

No atual contexto socioesportivo brasileiro, o tema do desporto escolar traz a sua marca de atualidade, e, na medida em que os resultados negativos das representações que participam de megaeventos esportivos internacionais frustram as expectativas de êxito da população, a mídia cria mecanismos envoltos em parafernália de cobranças de que a escola deveria ser a fomentadora do sistema desportivo nacional, o que, supostamente, evitaria tais resultados.

O tema vem travestido de um apelo emotivo de fruição para que os esforços sejam canalizados, tendo em vista que o Brasil vive a ambiência de sediar e organizar dois dos maiores eventos de âmbito internacional, a Copa do Mundo e as Olimpíadas,

respectivamente em 2014 e 2016, e precisa “fazer bonito”. A partir desse quadro de “comoção inventada” é que não haverão de faltar leituras tendenciosas e oportunistas, pois, passados 30 anos do *Enfoque* “Desporto Escolar”, de Ruthênio Aguiar (1982), a escola poderá novamente ser convocada a implementar propostas supostamente miraculosas, como a de preparar e fomentar talentos para os megaeventos esportivos.

Aguiar faz menção à regulamentação do desporto escolar¹ com ênfase ao considerável montante de recursos financeiros que a nova programação da Secretaria de Educação Física e Desporto do MEC (Seed) lhe destinou a partir de 1982. Cabe destacar que no texto subjaz de modo implícito um tema/atividade que vinha sendo praticado de modo marginal, quer pelo sistema educacional, quer pelo sistema desportivo, que começava a ganhar evidência no cenário educacional e esportivo brasileiro.

Na ocasião, Aguiar conjecturou que o desporto poderia produzir nos profissionais e “gestores” do sistema educacional uma associação com fatos negativos que poderiam ocorrer na administração, como, por exemplo, a subsunção de um sistema pelo outro ou a determinação dos sentidos da prática desportiva de alta competição para as atividades desenvolvidas no âmbito da Educação Física Escolar, tendo em vista que os educadores acreditavam incompatíveis os propósitos e as aspirações dos sistemas educacional e esportivo. Não obstante, também observou que, no sistema desportivo, alguns dirigentes possam ter sido surpreendidos com a súbita prioridade atribuída ao desporto escolar e que essa guinada pudesse enfraquecer o apoio governamental às necessidades do desporto comunitário.

Tendo em vista a situação que se desenhara em ambos os sistemas – o educacional e o desportivo –, com a súbita prioridade atribuída ao desporto escolar, Aguiar (1982, p. 1) enfatiza que tais impressões evidenciam tratar-se de assunto polêmico “e precisa ser amplamente debatido a fim de se obter uma fórmula de consenso que reduza as resistências”, quer no âmbito educacional, quer no desportivo.

O que soa estranho, paradoxal e tendencioso é o fato de Aguiar considerar que a posição do desporto escolar entre o sistema educacional e o desportivo se trata de fato polêmico e merecedor de amplo debate, para, então, estabelecer-se como meta a elaboração de um conjunto de diretrizes que pudessem conduzir a uma integração harmoniosa sem prejuízos às partes envolvidas, para, em ato contínuo, propor a ideia-força: *a solução a partir do enfoque desportivo*.

Colocando a questão: o impacto dos megaeventos pode reforçar a legitimação do desporto na escola?

Por que entendemos Educação Física/Esportes como tema de relevância nos meios educacionais, acadêmicos e midiáticos? Por certo, em outros tempos o assunto já despertou maior polêmica – diga-se endógena –, quando da crítica da Educação

¹ Portaria ministerial nº129, de 2 de abril de 1982, e Portaria SEED/MEC nº 001, de 7 de abril de 1982.

Física renovadora ao seu uso do esporte como conteúdo determinante das aulas de Educação Física Escolar, mas subsumido nas discussões mais marcantes das agendas dos eventos de Educação Física e esporte. Evidências de destaque para o tema com mais intensidade surgiram por ocasião da ambiência dos megaeventos esportivos que o Brasil sediará em 2014 e 2016.

O que se quer salientar é que a Educação Física, diga-se escolar, mais uma vez poderá ser legitimada por anseios e funções exógenas a ela, o que dificulta sobremaneira a configuração de sua autonomia pedagógica, pois o discurso por sua persuasão é capaz de seduzir e ganhar os corações e as mentes dos inocentes. Nesse sentido, pode-se entender que a persuasão é uma ferramenta capaz de esconder possíveis contradições e mascarar realidades.

Na década de 1980, a solução proposta com ênfase no *enfoque esportivo* foi se explicitando e se caracterizando como tendenciosa, quando se adotou o conceito de nível de desenvolvimento, que, segundo Aguiar (1982, p. 2), “é expresso, em termos matemáticos, pela relação de quociente entre o número de praticantes e o número da elite ou grupo capaz de apresentar rendimento superior na execução da atividade desportiva”.

Na ocasião, o conceito Nível de Desenvolvimento se relacionava a quatro premissas:

Nas mesmas condições de funcionamento do sistema há uma relação mais ou menos constante entre o número da elite de uma modalidade desportiva e o número global de seus praticantes;

A relação numérica praticantes/elite pode ser melhorada sem aumento do número de praticantes;

A elite desportiva corresponde ao aspecto qualitativo da relação que pode ser alimentado através do respectivo número;

Em qualquer universo de indivíduos, o aumento do aspecto qualitativo (nº de elite) é possível e está limitado ao máximo permitido pelo total de praticantes possíveis no grupo, em condições ideais de funcionamento do sistema. (Aguiar, 1982, p. 2).

A lógica que encadeia tais premissas elimina a possibilidade de se decidir por uma ou outra entre as políticas voltadas para a quantidade ou a qualidade. Infere que, para os fins propostos, visando ao nível de desenvolvimento, os dois aspectos precisam ser abordados de modo simultâneo, tendo em vista possuírem relação de reciprocidade na ação.

O discurso de Aguiar sobre o desporto escolar, na época, foi-se distanciando das bases do sistema educativo, na medida em que os três estágios do processo desportivo eram enfatizados sem questionamento: 1) procura de talentos; 2) desenvolvimento de talentos; 3) treinamento de elite.

De certo modo, esse mecanismo seletivo em que se parte de toda a massa participante para se chegar aos melhores, introduzido na escola e gestando o que se convencionou chamar “*sistema piramidal* para a Educação Física no Brasil” (Betti, 1991, p. 108), determinou a esportivização da Educação Física Escolar do Brasil. Nesse sentido, conhecidos os estágios que sustentam o esquema básico do sistema

desportivo e tendo em vista que o objetivo global tem relação com o nível de desenvolvimento, duas eram as alternativas possíveis, a saber:

Melhorar o componente "elite" sem alterar o número de "praticantes", através do aperfeiçoamento da estrutura e funcionamento do sistema;

Melhorar o componente "elite" mediante o aumento do número de praticantes (Aguiar, 1982, p. 3).

Movido pela argumentação, marcada de uma visão técnica e econômica, o autor do *Enfoque* de 1982 enfatiza que, no caso brasileiro, a primeira alternativa que se aplicava fazia anos, mostrava-se incapaz de apresentar resultados satisfatórios e, provavelmente, já teria esgotado as suas possibilidades.

Dado o insucesso da primeira alternativa, Ruthênio Aguiar vai burilando seus argumentos para enaltecer a segunda alternativa, fazendo uso de discurso enfático e não sem pretensões, pois estavam "dentro dos limites das atuais possibilidades legais, administrativas e financeiras" (Aguiar, 1982, p. 3). Parecendo desinteressado, alega que tal decisão tem implicações na convergência do esforço para a base do sistema que se aplica a três formas de organizações desportivas reconhecidas em lei: a clássica, a comunitária e a escolar.

Por força do contexto de racionalização econômica que movia o conceito de nível de desenvolvimento, para se pensar a base do desporto no Brasil de antanho, as duas primeiras organizações foram descartadas, provavelmente por não serem compatíveis com as agruras da crise econômica da década de 1980, época em que o Brasil recorria, com frequência, ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ao optar pela forma escolar, explicita-se a escolha com interesse, mais abertamente, tendo em vista apresentar vantagens numéricas e por se tratar de uma atividade de massa, fato explicitado nas justificativas decerto nada desinteressadas:

A rede escolar abrange todo o território nacional, penetrando em todas as comunidades, e atinge indivíduos com características biotipológicas e raciais as mais variadas e em grande escala;

Os Sistemas de Ensino já possuem a infraestrutura organizacional necessária implantada e em funcionamento;

As escolas possuem os recursos humanos (professores de Educação Física) necessários e muitas dispõem de instalações desportivas;

A atividade desportiva já vem sendo praticada na escola, embora de forma assistemática, há muito tempo. (Aguiar, 1982, p.3).

Lembramos que as razões para a opção pela forma escolar de organização desportiva não eram desprezíveis. Elas abrangiam um espectro de ação que abarcava as condições objetivas e subjetivas que envolviam o sistema educacional da época em configuração. Cabe explicitar por que não foi sem interesse ter sido escolhida a forma escolar:

- 1) Estava posta a questão do alcance, da universalização. Com efeito, e o que melhor para seduzir as opiniões e ter adesão à proposta do que um discurso que propõe uma atividade para todo o território nacional, penetrando em todos os vilarejos, comunidades urbanas e rurais, envolvendo sujeitos com

as mais variadas características biotipológicas e raciais e sem discriminação socioeconômica?

- 2) Supunha-se uma pretensa unidade entre os sistemas de ensino, quando se sabia que, em termos de condições e instalações físicas, grande parte das escolas públicas brasileiras, em suas instalações, carecia de recursos e espaços para o desenvolvimento do desporto escolar.
- 3) Ao reconhecer a disponibilidade de recursos humanos (professores de Educação Física), o discurso pela capacidade de sedução consegue capturar corações e costurar adesões. Sobre a idealização e elogio às instalações desportivas feitas por Aguiar, já foram realizadas críticas por Rigo (1993), de que nas escolas, nas aulas de Educação Física, com o uso do esporte como conteúdo, se materializava uma pseudo concreticidade, e por Kunz (1991), que destaca que, quer na escola privada com estrutura física mais adequada ou na pública sem condições físicas e materiais para o desenvolvimento do esporte, os procedimentos e a rotina de implementação das aulas com o uso do esporte como fator determinante nas aulas de Educação Física se faziam perceber.
- 4) Quando Aguiar (1982) afirmava que o esporte já vinha sendo praticado nas escolas, mas de forma assistemática, foi para asseverar que não existiam e nem poderiam existir resistências no âmbito escolar quanto à proposta de introdução do desporto escolar, muito menos preocupações com as consequências prospectivas. Implicitamente, na proposta da regulamentação do desporto escolar, a escola deveria ser a base da pirâmide esportiva do Brasil.

As quatro razões que levaram à opção pela forma escolar como atividade de massa deixam perceber que a visão técnica de racionalidade econômica ganhou ênfase.

Essas razões indicam claramente que se pretendermos desenvolver ações de aumento do número de praticantes do desporto, na maior amplitude possível, para revelar grandes contingentes de talentos que aumentarão o número da elite, elevando o nível de desenvolvimento do nosso desporto, a única alternativa viável é o incremento do desporto escolar. (Aguiar, 1982, p. 4).

O recorte evidencia que os pensadores da “Educação Física/esporte”, ao protagonizarem cenas ocupando cargos na administração desportiva e escrevendo em periódicos educacionais, estavam imbuídos de convicções as quais pressupunham que a realidade cotidiana, feita por sujeitos singulares, pudesse ser plausível de normatizações e não a partir de questionamentos das possibilidades sobre as formas de explorar “as virtudes educativas do desporto”.

A marca de origem do periódico, de estimular e promover reflexões e debates, compareceu na seção *Pontos de Vista*, no texto de René Maheu – diretor geral da Unesco –, transcrito de um discurso que proferira do Congresso Científico do Comitê Organizador dos XX Jogos Olímpicos de Berlim em 1972, na Academia de Ciências

de Baviera.² Ele questionava por que as virtudes educativas do desporto não estavam sendo exploradas de modo mais sistemático e completo, porém, não deixa pistas de como, no plano educacional, isso poderia ou deveria ser feito. E a pergunta que ficou silenciada, ou ainda não era oportuna de se fazer junto com Maheu (1982), talvez por questões estratégicas, poderia ter sido: Quais principais modificações, tanto na educação como no desporto, seria conveniente introduzir nas concepções e práticas atuais para dar ao desporto o lugar que lhe compete na formação completa do homem? O que René Maheu queria propor naquele artigo clássico denominado “Desporto e educação”?

Em termos cronológicos, o artigo foi produzido dez anos antes do texto “Desporto escolar”, de Ruthênio de Aguiar. O fato de ambos os artigos fazerem parte da publicação, o sentido que cada qual atribui ao desporto e à relação com o processo educacional, é que se distancia, tendo em vista os sentidos com que cada um vê o esporte.

René Maheu (1982, p. 18) queria ampliar o horizonte do movimento humano como “cultura corporal”, alertava para a possibilidade do reducionismo que os usos e “abusos” do desporto na escola podem causar, e sugeria: “(...) não é pôr em causa o valor permanente dos desportos de origem helênica ou anglo-saxônica, [mas] observar que não são os únicos no mundo cujas capacidades corporais e morais merecem ser valorizadas para fins educativos e estéticos”. Certamente é um texto que merece ser relido, pela originalidade e amplitude que atribui ao movimento corporal, e quiçá estejam nele os indícios da “inauguração do conceito de cultura corporal”.

Diante da opção de Ruthênio Aguiar, cabe perguntar: Lemos tudo o que temos? A ideia de Maheu era uma “ideia fora do lugar” para 1982 ou será que ela ainda continua “uma ideia fora do lugar”? Talvez a pesquisa de Carlan (2012) possa trazer elementos para a compreensão de situações do uso do esporte na Educação Física Escolar na contemporaneidade, minimizando o sentido reducionista do rendimento máximo e propiciando a presença da inventividade. Quais consequências trouxe a *opção pelo enfoque desportivo* no contexto da educação nos cursos de formação de professores de Educação Física, na materialização da Educação Física Escolar e sobre a comunidade escolar nos últimos trinta anos?³

O esporte penetrou no universo social do século 20 como uma “bola de canhão”, impondo-se rapidamente como forma de atividade física mais rica, mais completa e acabada entre as demais práticas corporais (Parlebás, 1996), o que possibilitou a este conteúdo/fenômeno o *status* de evidência inquestionável e o elevou a fator determinante das aulas de Educação Física Escolar (Kunz, 1989). É sabido que, para ser educação, esse fenômeno capaz de seduzir alunos e professores

² No Brasil, esse texto foi originalmente publicado na *Revista Brasileira de Educação Física*, v. 5, n. 16, 1973.

³ Para lembrar, se o conceito de cultura corporal, provavelmente inaugurado por Maheu, em 1972, perseguia a ampliação do uso e de sentidos das mais variadas possibilidades e práticas corporais, Ruthênio Aguiar (1982), como já mencionado, faz alusão à Portaria 001 da Secretaria de Educação Física e Desportos (Seed) do MEC, de 7 de abril de 1982, que criou o Clube Escolar. Essa regulamentação, em seu artigo 40, “determinou que, na programação de competições desportivas escolares de qualquer nível, as modalidades olímpicas receberão tratamento prioritário sobre as demais” (Betti, 1991, p. 111-112). Para refletir: se de um lado, com Maheu, é possível imaginar um festival escolar envolvendo todos os conteúdos da cultura corporal, de outro, são as modalidades olímpicas que receberão tratamento prioritário sobre as demais.

precisa ser devidamente analisado e criticado quando em seu uso pela escola, nas aulas de Educação Física, como um dos seus conteúdos.

Nesses termos, em *Educação e emancipação*, Adorno (1995, p. 126) enfatiza, depois de reconhecer que este fenômeno ainda não foi devidamente analisado pela psicologia social crítica, que

o esporte é ambíguo: por um lado, ele pode ter um efeito contrário à barbárie e ao racismo, por intermédio do *fair play*, do cavalheirismo e do respeito pelo mais fraco. Por outro, em algumas de suas modalidades e procedimentos, ele pode promover a agressão, a brutalidade e o sadismo, principalmente no caso de espectadores que não conhecem as grandes conquistas do processo histórico.

Isto remete a uma questão sobre qual seria, então, a função da educação escolar.⁴ Freire (1983) destaca que alfabetizar é conscientizar, e movido pelo ímpeto desta assertiva é razoável que, com o tratamento do esporte na escola, deve-se ir além da reprodução da “educação bancária”. Com efeito, Caminha (2009) nos convida a ler o corpo como fenômeno biocultural. Nesse bojo, estamos diante de uma cultura esportiva que admite a inclusão e a exclusão social, mediadas por valores que, como criações humanas, podem ser preservados ou modificados.

Nesse sentido, não deixa de ser oportuno parafrasear Habermas em seu texto *Pensamento pós-metafísico*, quando sugere que “a racionalidade não tem tanto a ver com a posse do saber, mas com o modo como os sujeitos, capazes de falar e de agir, empregam este mesmo saber” (Habermas *apud* Sérgio, 2012).

Considerações finais

A questão esporte e escola por si só já se desenha como polêmica e recorrente. No Brasil, certamente, ela vai se travestir de atualidade e ganhar espaço nas mídias por ocasião da realização dos maiores eventos esportivos: a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e as Olimpíadas no Rio de Janeiro, em 2016.

Em meio a esse cenário de bombardeio de informações e preparação de megaeventos esportivos, qual é a posição da Educação Física e da escola? Acredita-se que, passados 30 anos da Regulamentação do Desporto Escolar e do *Enfoque* deste conceituado periódico destacando-lhe uma edição, os professores, pesquisadores, intelectuais e entusiastas desse fenômeno não podem ficar indiferentes à amplitude de representações que são mobilizadas em crianças, jovens e adultos e sua repercussão no âmbito da cultura contemporânea.

Ainda que se compartilhe a posição de que o desporto como conteúdo das aulas de Educação Física na escola deve ser praticado, analisado, criticado e modificado, para ser, de fato, um conteúdo escolar, e dada a sua magnitude e onipresença como fenômeno de legitimidade social jamais vista, não se deve incorrer em maniqueísmo de uma leitura demasiadamente engajada *de dentro* ou de uma leitura distanciada e crítica *de fora*.

⁴ A redundância é intencional, tendo em vista que, para a população em geral, ainda se acredita ser a escola o espaço precípua de uma via para se ter acesso de forma laica “às grandes conquistas do processo histórico”.

Partilha-se a ideia de não existirem fórmulas mágicas para uma questão tão polêmica e atual no cenário brasileiro: Educação Física, esporte e megaeventos esportivos. Não obstante já vivermos a ambiência do calor da hora de 2014 e 2016, admitimos que a escola não poderá ficar imune ao contágio do frenesi e da efervescência de acontecimentos de tal envergadura; portanto, a posição cautelar entre envolvimento e o distanciamento parece-nos sensata.

Para finalizar um assunto que requer cautela, destacamos que cabe à Educação Física o esforço de elaboração de “legitimações mais consistentes” para o contexto contemporâneo com propostas pedagógicas de trato do esporte (Bracht, Almeida, 2003), reafirmando a defesa de Maheu (1982, p. 13) “a favor de uma integração cada vez maior do desporto na educação e na cultura do homem moderno, para o desenvolvimento harmonioso da pessoa e para a compreensão mútua dos povos”. Na escola, os megaeventos esportivos e o esporte devem ganhar um tratamento para além do espetáculo das *performances* de campeões, da grandiosidade econômica das nações, de certo imaginário, pois que, no mundo globalizado, não existem mais projetos alternativos e visões político-ideológicas distintas da ocidental.

Ademais, atentar para o cuidado do uso político da tecnologia que se faz efêmera para, como novidade, sempre seduzir os expectadores em favor da mercantilização do esporte sem precedentes. Assim, tendo-se a oportunidade de realizar essa vivência/experiência de relação Educação Física/Esporte/Megaeventos Esportivos no Brasil, nos é dada a possibilidade de, nas escolas, fomentar um “Caldo de Cultura Olímpica” com a função de preparação para a vida. No entanto, não devemos olvidar os perigos e as consequências que esse “patrocínio” público, quando desmedido, poderá ocasionar um desequilíbrio das funções mais essenciais do Estado.

Acreditamos ainda por último que o diálogo apresentado para o tema na seção *Pontos de Vista* amplia e aprofunda de forma grandiosa tudo o que acima pretendíamos dizer.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. *Educação e emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AGUIAR, Ruthênio. Desporto escolar. *Em Aberto*, Brasília, v. 1, n. 5, abril, 1982. Seção: Enfoque. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2146/1414>>.

ALAMBERT, F. Uma ideia no lugar. *Folha de S. Paulo*, [Caderno] Mais, 4 nov. 2007.

BETTI, M. *Educação Física e sociedade*. São Paulo: Movimento, 1991.

BETTI, M. Copa do Mundo e Jogos Olímpicos: inversionalidade e transversalidades na cultura esportiva e na Educação Física Escolar. *Motrivivência*, v. 21, n. 32/33, p. 16-27, jun./dez. 2009.

BRACHT, V. Esporte na escola e esporte de rendimento. *Movimento*, v. 6, n. 12, p. XIV-XIX, 2000/1. Seção: Temas polêmicos.

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da Educação Física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 24, n. 3, p. 87-101, maio 2003.

CAMINHA, I. O. Corpo, esporte e educação olímpica. In: REPPOLD FILHO, A. et al. *Olimpismo e educação olímpica no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 59-68.

CAMPOS, F. de. Tropa de elite: futebol une aparência de igualdade de festa popular ao teatro político dos organizadores, constituindo-se em símbolo da "sociedade do espetáculo". *Folha de S. Paulo*, [Caderno] Mais, 4 nov. 2007.

CARLAN, P. *O esporte como conteúdo da Educação Física Escolar: um estudo de caso de uma prática pedagógica*. 2012. 332 fl. Tese (Doutorado) – Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KUNZ, E. O esporte enquanto fator determinante das aulas de Educação Física. *Contexto & Educação*, Ijuí, v. 4, n. 15, p. 63-73 jul./set. 1989.

KUNZ, E. *Educação Física: ensino e mudanças*. Ijuí, RS: Unijuí, 1991.

MAFFESOLI, M. Pesquisa como conhecimento compartilhado: uma entrevista... Entrevistado por Gilberto Icle. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 521-532, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/20637/12917>>

MAHEU, René. Esporte e educação. *Em Aberto*, Brasília, v. 1, n. 5, p. 13-19, abr. 1982. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2148/1416>>.

MOTRIVIVÊNCIA, Revista de Educação Física, Esporte e Lazer. Dossiê 2007-2016: *a década dos megaeventos esportivos no Brasil*. Florianópolis, v. 21, n. 32/33, jun./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/issue/view/1499>>.

PARLEBÁS, P. O significado do esporte na sociedade contemporânea. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESPORTES PARA TODOS, 1996, Santos, SP. *Anais do I Congresso...* Santos, SP: SESC, 1996.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In: GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. *Compreender e transformar o ensino*. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

REPPOLD FILHO, A. et al. *Olimpismo e educação olímpica no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

RIGO, L. C. *A pseudoconcreticidade da esportivização escolar ou... a Educação Física fora de forma*. 1993. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 1993.

RODRIGUES, Rejane Penna et al. *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Conselho Federal de Educação Física, Ministério do Esporte, 2008. Disponível em: <<http://www.listasconfef.org.br/arquivos/legados/Livro.Legados.de.Megaeventos.pdf>>.

SÉRGIO, Manuel. Teoria crítica e desporto. *Revista Medicina Desportiva Informa*, v. 3, n. 1, p. 23, 2012. Disponível em: <http://www.revdesportiva.pt/files/PDFs_site_2012/2_mar/Rev_13_P20_23_Reflexao_M_Sergio_site.pdf>.

VILA, M. A. Passe livre: Copa de 2014 pode representar a revolução burguesa que o Brasil nunca teve. *Folha de S. Paulo*, [Caderno] Mais, 4 nov. 2007.

WISNIK, J. M. *Veneno remédio: o futebol e o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

José Tarcísio Grunennvaldt, doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), é professor associado II da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

jotagrun@hotmail.com

32

Elenor Kunz, doutor pela Universidade de Hannover, é professor titular do Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

kunz@cds.ufsc.br

Recebido em 22 de outubro de 2012.

Aprovado em 18 de fevereiro de 2013.